

A velha aliança

*Daniel Herz**

“Uma sociedade que não se governa por leis é inviável. Quando uma atividade está fora do alcance da lei, o que predomina é a força - e o estado de coisas em que a força predomina é chamado de barbárie.” Esta frase não é de autoria de um sociólogo ou assemelhado, mas do mega-financista George Soros. O sopro iluminista deste poderoso agente do sistema financeiro internacional evidencia uma inusitada preocupação dos agentes da globalização: o reconhecimento do espaço da política e a conseqüente possibilidade de trânsito dos interesses nacionais. A barbárie e a corrupção, muitas vezes, mostram-se exageradamente onerosas.

O governo FHC tem assentado seu discurso em algumas idéias-chave. Uma delas é a busca de inserção produtiva do Brasil no Sistema Internacional. Outra é a democratização das relações entre o Estado e a sociedade civil. O apetite pelas soluções no varejo, entretanto, tem levado o governo FHC a descomprometer-se com estas duas idéias, sem a menor cerimônia, além de desistir do aproveitamento das raras oportunidades que se abrem no sistema internacional.

O imediatismo e a irresponsabilidade com que o governo FHC tem lidado com a área das comunicações ainda está por mostrar todo o prejuízo que está impondo ao país. O governo aposta na condução autocrática e na geração de instabilidade para atingir seus objetivos imediatos. Desprovido de projeto, o governo negocia no varejo recomposição do modelo das comunicações, incluindo as telecomunicações.

Na área das comunicações, graças às iniciativas do governo FHC, permanecemos numa terra sem lei, onde as práticas e os interesses empresariais se impõe “de fato”, as regras são descumpridas ou simplesmente ignoradas e o Estado se omite diante das demandas do interesse público.

A Lei da TV a Cabo, resultante de um inédito e democrático processo de negociação entre representantes do empresariado e da sociedade, está inaplicada. O seu regulamento foi baixado sem o parecer do Conselho de Comunicação Social e não está sendo cumprido. O Ministério das Comunicações, por sua vez, prossegue omissivo na formulação de uma política, exigida pela Lei, para a implantação da TV a Cabo, que é imprescindível para o planejamento integrado da evolução das redes de telecomunicações. Os seja, o governo continua fingindo que as redes implantadas pelas operadoras de TV a Cabo não interessam ao país.

O serviço MMDS é regulamentado por uma Portaria ministerial de fevereiro de 1994, que está sendo questionada pela Procuradoria da República com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal. Também há projetos de lei sobre MMDS tramitando no Congresso. Nem por isso o Ministério das Comunicações deixa de anunciar que vai baixar, nas próximas semanas, editais para a distribuição de outorgas.

No final de abril, o país foi surpreendido com outorgas de permissões do serviço de TV por Assinatura via Satélite, distribuídas aos grupos Globo e Abril, sem licitação, sem a

cobrança pelas outorgas (como determina regulamentação recentemente baixada) e sem base legal, pois este serviço sequer está regulamentado. Além disso, enquanto os EUA sujeitam os serviços de satélite a condições de reciprocidade em relação a outros países, o Brasil nada reivindicou e, renunciando à sua soberania, aceitou negociar a instalação do serviço diretamente com grupos privados. O governo também decidiu estabelecer condições de implantação dos serviços de TV por satélite antes de ter um projeto estratégico para a TV a Cabo, abrindo mão dos benefícios que o país poderia ter de uma política integrada destes serviços.

Finalmente, agora surge o lance da chamada “Lei Mínima” para as telecomunicações. A reforma constitucional bancada pelo governo FHC incluiu, no modelo para as telecomunicações, o conceito do órgão regulador. Depois o governo enviou para o Congresso um projeto de lei que sequer mencionava este órgão. E agora conseguiu aprovar uma Lei que lhe dá todas as prerrogativas para iniciar uma recomposição do modelos das telecomunicações, continuando a atuar usurpando as funções do órgão regulador, e apenas com a obrigação de, em seis meses, enviar para o Congresso um projeto propondo a regulamentação deste órgão.

O que se verifica é que o governo FHC, e em particular o ministro Sérgio Motta, das Comunicações, depois de meses com um discurso ambíguo em relação às comunicações, definiu suas opções restabelecendo a velha aliança que construiu os atuais sistemas de comunicação, alicerçadas no autoritarismo, beneficiamento dos oligopólios e exclusão da sociedade. A velha aliança, que desde a década de 60, constituiu os sistemas de comunicação, está sendo reeditada para implantar a nova “área das comunicações” resultante da convergência dos serviços de telecomunicações, informática e comunicação social.

É assim que o governo FHC pretende atrair novos investidores nacionais e estrangeiros e tornar contemporâneas as relações econômicas e sociais. Resta saber qual o investidor, especialmente o estrangeiro, que se disporá a atuar com tranqüilidade no Brasil, na área das comunicações, encontrando um bloco de interesses tão afinados. E, mais do que isso, se disponha a participar de negociações que saem do campo das políticas públicas e passam a envolver, entre outros assuntos, a eleição para prefeitura de São Paulo, a sucessão (leia-se reeleição) de FHC e as pretensões do PFL, que se dedica a especular com os interesses dos investidores estrangeiros para barganhar espaço junto ao governo.

Neste quadro em que se descarta a democracia e continuam predominando os velhos beneficiários das políticas governamentais, não é de se estranhar que as telecomunicações e as comunicações no Brasil possam interessar mais a Wal-Mart, pela sua experiência no “varejo”, do que a Nynex/Bell Atlantic ou a Sprint, acostumadas ao debate intenso, no “atacado”, das políticas de telecomunicações nos EUA.

** Daniel Herz é Diretor de Relações Institucionais da Federação Nacional dos Jornalistas e Coordenador Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.*